

Os cenários futuros como consenso social: do contrato social ao universo educacional

Alvaro Chrispino

Palavras-chave: cenários futuros; antecipação; política e planejamento; política educacional.

Resumo

Apresenta a importância do estudo de futuros, por meio da técnica de cenários futuros, utilizando-se da analogia com o contrato social. Apresenta o consenso existente no contrato social – já conhecido do meio acadêmico – e identifica também um consenso na construção de cenários futuros – pouco divulgado no meio acadêmico. Não pretende esgotar as idéias e fundamentos em torno deste tema, mas propõe apresentar os principais pressupostos para trazer oportunidade de reflexão em torno desta ferramenta que pode auxiliar no desenho do futuro desejado e, conseqüentemente, no processo de elaboração de políticas, de decisão, no planejamento e na gestão. Apresenta alguns exemplos de aplicação à educação e ao ensino de modo geral.

Introdução

O futuro sempre esteve cercado por uma névoa de mistério que só poderia ser desfeita pelas forças que estavam além do domínio do homem comum.

Enquanto grande parte dos homens dedicava-se a executar suas vontades e a realizar suas fantasias no presente, guiados pelas emoções e sensações, outros tantos permaneciam fixados no passado, vítimas de vivências marcantes, boas ou más, que teimam em ressuscitar em busca de momento de felicidade, que coincidem com o ápice do resgate da memória. Ao futuro, restava aqueles que eram vistos como profetas, visionários, mágicos, supersticiosos.

O avanço da civilização, causando aumento nas demandas de produtos de primeira necessidade, talvez tenha sido o grande motivador para exercícios de planejamento

de longo prazo, que permitiu ao homem vislumbrar a hipótese de olhar para o amanhã e escolher, dentre as muitas opções possíveis, aquela que mais lhe agradaria, envidando esforços para torná-la verdadeira.

Quando falamos sobre futuro, ou cenários, a um grupo formado por diferentes interlocutores, temos reações diversas. Uns, seguindo a regra, riem por imaginar o futuro como um ente mágico; outros, fixados no "agoracracia", desdenham o exercício de projeção, por estarem exclusivamente dedicados às coisas que acontecem hoje e agora; alguns perguntam se os cenários são de lona ou de plástico, imaginando sinceramente tratar-se de cenários que compõem os espetáculos; os políticos comuns, tratam o tema com desprezo pois o futuro não produz votos; os militares e estrategistas, entreolham-se, pois sabem o valor da ferramenta para entender o contexto em que têm de tomar

decisões; os grandes executivos, concordam com os debates sobre cenários e estudos de futuro desde que as conversas girem em torno dos cenários das outras empresas e não os seus, por considerarem os cenários empresariais peças de alta relevância para o futuro da empresa séria.

O que pretendemos neste trabalho é demonstrar que é possível encontrar similaridade entre a dinâmica do contrato social e seu resultado mais concreto, o consenso, com os estudos de futuro expressos por meio de uma de suas técnicas, os cenários futuros.

Defendemos a idéia de que tanto o consenso contratualista – que chamamos de consenso social – como o cenário, possuem semelhança no processo de construção e na topografia político-social: acima dos interesses individuais.

Pretendemos que, por analogia, aqueles que entendem o traçado histórico do contrato social e sua dinâmica, possam transferir tal conhecimento para o campo do cenário futuro, identificando as semelhanças e, desabridos e desarmados, possam melhor refletir sobre a importância de difundirmos e participarmos das discussões que resultem no cenário futuro brasileiro em qualquer tema mais específico. O recente problema com a área de geração de energia elétrica demonstra o quanto o estudo de futuro é importante, visto que poderia ter antecipado o problema.

Este estudo está dividido em duas partes principais. A primeira é reservada para um estudo orientado sobre o contratualismo, com ênfase no consenso e na posição de norteador deste consenso social, não sendo a intenção esgotar ou trazer novidades para este assunto. A segunda parte destina-se à apresentação dos estudos de futuro e da técnica de cenários futuros, com ênfase na aplicação da idéia ao campo amplo da educação.

O contratualismo

O conceito

Em uma visão mais estreita, o *contratualismo* manifesta-se na figura do contrato social, que se define como

... acordo entre indivíduos independentes com respeito a disposições básicas que deverão determinar seus relacionamentos sociais e políticos. (...) O acordo pode ser feito entre pessoas relevantes, ou entre uma

pessoa (o soberano potencial) e todas as outras, podendo implicar acordos entre grupos preexistentes (Campbell, 1996, p. 137).

Em uma visão mais ampla, o contratualismo pode ser visto como uma escola que

... compreende todas aquelas teorias políticas que vêm a origem da sociedade e o fundamento do poder político (chamado, de quando em quando, *potestas, imperium*, Governo, soberania, Estado) num contrato, isto é, num acordo tácito que assinalaria o fim do estado natural e o início do estado social e político (Matteucci, 1997, p. 272).

O contratualismo é, na verdade, uma escola definida por usar uma mesma sintaxe ou uma mesma estrutura conceitual – o consenso –, para racionalizar a força, regrar as relações e alicerçar o poder, em sua dinâmica e estrutura. Surgiu e desenvolveu-se na Europa, tendo como maiores expoentes J. Althusius (1557-1638), T. Hobbes (1588-1679), B. Spinoza (1632-1677), S. Pufendorf (1632-1694), J. Locke (1632-1704), J. J. Rousseau (1712-1778) e I. Kant (1724-1804). Destes, podemos destacar, conforme Chavallier (2001), três importantes obras: *Leviatã* (Hobbes, 2001), *Segundo tratado sobre o governo* (Locke, 1963) e *Do contrato social* (Rousseau, 1971).

A discussão em torno do contratualismo pode sugerir, de forma rápida, três níveis de explicação:

1. de ordem antropológica: sustenta que a passagem do homem do estado de natureza para o estado de sociedade é um fenômeno histórico verdadeiro. Tal passagem da horda primitiva/ordem tribal para o estado de vida social mais complexa, regulada por um poder político, é resultado do consenso;

2. de ordem jurídica: que defende ser o estado de natureza uma hipótese lógica que realça a idéia racional ou jurídica de Estado, como autoridade de caráter político surgida como resultado do consenso entre os membros para representar e encarnar seus direitos. Este nível é fortalecido pelo grupo que toma o direito criado pelo soberano como substituto do direito consuetudinário, usando todos os meios para garantir a lei, inclusive a força, sobre a qual o Estado detém o monopólio; e

3. de ordem política: que, despreocupada com discussões de ordem histórico-antropológica e de base filosófico-jurídico do estado racional, detém-se apenas na visão do contrato como norteador da ação política e como delimitador da ação daquele que detém o poder, estando intimamente ligado à figura do constitucionalismo.

São muitos os desdobramentos a merecerem destaque em torno do tema em estudo, o que não é possível, considerando o objetivo deste trabalho. Entretanto, são indispensáveis algumas reflexões sobre os aspectos tidos como importantes para a análise entre cenários futuros e o contratualismo visto pelo ângulo do consenso social, a saber: o estado de natureza e sua transformação em estado de sociedade, a construção do consenso social e seu poder sobre a sociedade e a estrutura e construção do poder político.

O estado de natureza

Existe, entre os contratualistas, uma divergência sobre o estado de natureza, que seria aquela condição inicial da qual o homem teria saído ao associar-se por meio do pacto com outros tantos homens. Para uns, é uma hipótese de trabalho de ordem lógica e negativa que indica como seria o homem no estado natural para justificar como deve ser o mesmo homem sob a égide do estado social. Outros não acatam esta ontologia perversa e má do ser humano. Percebe-se, pois, que, entre os autores, não há certezas: para Hobbes e Spinoza, o estado de natureza é de egoísmo e de guerra; para Pufendorf e Locke, é de paz; e, para Rousseau, é de felicidade.

Esta discussão perde valor quando deixamos de ver as divergências pela ótica fática para observá-las sob a ótica de categoria. Vejamos um exemplo desta proposta (Casamasso, 2001):

Estado de Natureza		
	Para Hobbes	Para Rousseau
O fato	Existe o domínio das paixões, a guerra, o medo, a pobreza, a disídia, o isolamento, a barbárie, a ignorância, a bestialidade e onde a vida do homem é solitária, mísera, repugnante, bruta e breve.	Existe o homem livre, com o coração em paz e o corpo saudável, satisfazendo suas necessidades básicas, querendo apenas viver e ficar ocioso.
A categoria	Os homens vivem conforme seus instintos e são iguais na motivação pela vida (sensações e emoções) e nas suas causas das discórdias (competição, desconfiança, glória, comida, posse da fêmea, etc.). Cada um tem direito a todas as coisas de todos. É a guerra de todos os homens contra todos os homens, onde o "homem é lobo do homem" (<i>homo Homini lupus</i>).	

Para melhor ilustrar o estado de natureza, podemos passar os olhos nos diversos modelos de relações sociais – quer efetivos, quer teóricos – ao longo da humanidade como a conhecemos, a fim de observarmos a

existência ou não dos atributos que permitem categorizar o estado de natureza conforme a proposta.

Para o marxismo, centrando atenção no modo de produção, podemos ter:

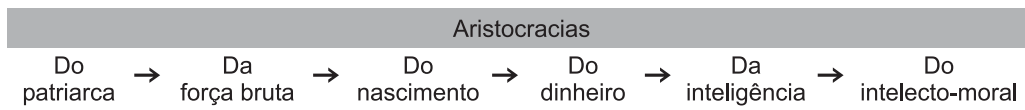
Modelo								
Tribal	→	Escravagista	→	Feudal	→	Capitalista	→	Comunista
Sem estrutura definida		Senhores x Escravos		Senhores x Servos		Burguesia x Proletariado		Sem classes (não alcançado até hoje)

Para Deutsch (1980), a evolução tem outra categorização:

Feudalismo → Despotismo esclarecido → Governo Constitucional → Democracia

Mesmo no campo filosófico-religioso, temos a oportunidade de encontrar categorizações para a evolução da natureza

humana como, por exemplo, em Kardec (1983), usando o conceito de Aristocracias (poder dos melhores):



Não é preciso muito esforço para entender que a categorização de estado de natureza é possível e razoável, resultando na necessidade de estruturar-se um estado social sob as premissas apresentadas pelos seus membros, gerando o consenso social.

A construção do consenso social

A construção do consenso social, que resulta em um novo modelo social baseado em um novo modelo de política, pode ser estudado por diversos ângulos. Cremos que o menos indicado seja o do altruísmo humano, que busca aprimorar-se como ser social por meio do estabelecimento de nova rotina social. Ao contrário, a existência do consenso deve-se à tentativa de manutenção de características de valores pessoais. De outro modo, ficaria difícil explicar por que o homem (egoísta e individualista, que busca o próprio bem-estar) aceita uma estrutura social que lhe apresenta obrigações e limites (e onde provavelmente possui ganhos em longo prazo).

Os contratualistas modernos apresentam duas propostas (Campbell, 1996, p. 137):

1. Buchanan e Tullock, concordando com Hobbes, na teoria da escolha coletiva, "examinam os procedimentos decisórios relevantes para determinação de quanto é racional para os indivíduos agindo egoisticamente aceitar as restrições implícitas à ação coletiva";

2. Rawls, acompanhando Locke, Rousseau e Kant, diz que a "metodologia do contrato social tem sido usada também para servir de base a uma teoria liberal moderna de justiça que combina compromisso com fortes direitos individuais a amplos mecanismos redistributivos".

Está claro porque acreditamos que a busca pelo consenso social não é um ato altruísta, mas que deve responder, em curto e/ou em longo prazos, por uma necessidade humana. Em uma visão bastante pragmática, o consenso atenta contra a natureza egoística e individualista do homem e, por tal, é crível que primeiro ele, o consenso, seja mantido pela disciplina da vontade para, posteriormente, ser transformado em valor no patrimônio individual, quando surgirá espontaneamente como produto da inteligência moralizada.

Como estratégia, assim como nos cenários, o contrato e o consenso social são construídos sob a ótica prescritiva ou normativa, o que distancia dos sujeitos a forma concreta consensuada, atenuando as resistências e mantendo os indivíduos unidos em torno do objetivo maior do contrato e do consenso social.

A construção e a estrutura do poder

Podemos entender o contratualismo como uma teoria prescritiva, conceitualmente construída sobre as origens da sociedade na direção de uma sociedade desejada, sob o rigor da racionalidade, que trabalha com mais vigor a origem e fim da sociedade. Como tal, sua contribuição é sempre citada quando se estuda a necessidade de limitar o poder do Governo, por meio de um documento escrito, para garantir os recíprocos direitos-deveres e, além disso, sua história poderá acolher soluções políticas divergentes, quando não antagônicas, todas com o propósito de gerir o consenso como, por exemplo:

1. a corrente absolutista (Hobbes, Spinoza, Pufendorf), que pretende ser diferente do despotismo, tendo as ordenações do Estado origem na lógica que busca o bem do cidadão;

2. a corrente liberal (Locke e Kant), que propõe o limite do poder monárquico por meio de assembleias representativas, que têm a função de legislar; e

3. a corrente democrática (Rousseau), que pretende conformar os indivíduos com a racionalidade da vontade geral soberana.

Como resultado do controle do poder do soberano e da ação do governo, garantindo a manutenção, estabilidade e reciprocidade no binômio direito-dever, temos os textos constitucionais, expressão maior do *que se quer* e o *que se busca* para uma nação, sempre projetando o futuro pretendido.

No estudo da construção e estrutura do Poder, devemos diferenciar dois importantes tipos de pacto:

... temos de um lado, o "pacto de associação" entre vários indivíduos que, ao decidirem viver juntos passam do estado de natureza ao estado social; por outro, o "pacto de submissão" que instaura o poder político e ao qual se promete obedecer (Matteucci, 1997, p. 279).

Estes dois tipos de pacto mais comuns entre os contratualistas podem ser bem diferenciados se organizarmos as idéias em forma de quadro, como a seguir:

Aspectos	Pactos	
	De associação	De submissão
Resultado imediato	Cria o Direito	Instaura o monopólio da força
Nasce o foco do	Direito Privado	Direito Público
Posição dos contratantes	Paritária	Subordinação
Relação dos contratantes	Compromisso com os demais, sendo livre para aceitar ou não os resultados do pacto	Não pode deixar de aceitar os resultados do pacto
Princípio	Fraterno da igualdade	Paterno da dominação
Relação	Dá-se entre iguais	Dá-se entre governantes e governados
Sujeitos	Pessoa física ou associações de pessoas (família, corporações, etc.)	As associações criadas no primeiro pacto
Ruptura	Dissolve-se a sociedade	Dissolve-se o governo, mantendo a sociedade
Grau de dependência	É premissa para o pacto de submissão	É consequência do pacto de associação

O contratualismo na construção e na estrutura do poder apresenta algumas interessantes pressuposições que lembram a teoria política liberal, como indica Lessnoff (apud Campbell, 1996, p. 379):

1. é voluntarista: visto que a autoridade política depende de atos da vontade humana;

2. é consensual: visto que todas as vontades dos sujeitos se subordinam a uma vontade legitimada;

3. é individualista: visto que a autoridade política legítima fundamenta-se na aceitação pelo indivíduo; e

4. é racional: visto que o consenso é fruto da vontade individual e produto da atividade eminentemente racional.

O contratualismo contemporâneo

Após um período no ostracismo, o contratualismo retoma ocupando importante espaço nas discussões sobre filosofia política, agora com o nome *pacto social* (Campbell, 1996, p. 137):

1. Rawls busca uma maximização da igualdade e propõe um sistema racional que atenda ao princípio da justiça distributiva, que chama de equidade, diminuindo a tensão entre a vontade e necessidades gerais e o interesse particular exclusivo;

2. Buchanan defende a função constitucional como instrumento que estabelece a "regra do jogo", que pode ser modificada

desde que fomenta uma convivência construtiva, no novo "jogo de força" dos interesses individuais; e

3. Nozick, seguindo Locke, acredita que os indivíduos apenas concordariam com um Estado-mínimo, que lhes garantisse os chamados direitos naturais pré-sociais (direito de vida, por exemplo).

Primeiras conclusões

Como conclusão preliminar, podemos indicar o contrato social (fator indispensável para a construção do Estado Democrático) como uma "idéia de acordo de cada um com todos sobre regras fundamentais" (Bobbio, 2000, p. 686).

Este aprendizado coletivo-histórico do consenso social pode ser redirecionado e, ao invés de construir um Estado artificial ou um governo com regras externas e superiores ao grupo de sujeitos, pode criar um cenário futuro, também externo e superior ao grupo, que sirva de orientação e guia para as decisões coletivas, compatibilizando interesses individuais e necessidades coletivas. E, se visto com estes objetivos, o cenário pode ser criado em torno do tema educação nos seus mais variados ângulos.

Os estudos de futuros e os cenários futuros

O interesse pelo futuro perde-se na história do homem. Vamos encontrar esta busca pelo desvelar do futuro em numerosas civilizações antigas, que a essa pesquisa se dedicaram por meios os mais engenhosos ou mesmo míticos.

Conta Schwartz (1991, p. 91) que:

Na época em que os faraós governavam o Egito, havia um templo acima do rio Nilo, além das cataratas da Núbia, onde agora se localizam os desertos ao norte do Sudão. Três rios juntavam-se naquela região para formar o Nilo, que fluía 1.600 quilômetros para produzir um evento milagroso todos os anos, a inundação de sua bacia, que permitia aos fazendeiros egípcios plantar e colher no verão sem chuvas.

A cada primavera os sacerdotes se reuniam à margem do rio para verificar a cor da água. Se estivesse clara, o Nilo Branco, que fluía do lago Vitória através dos pântanos

sudaneses, dominaria a enchente. A cheia seria moderada e tardia; os fazendeiros produziram um mínimo de colheita. Se a corrente aparecesse escura, as águas fortes do Nilo Azul, que se juntava ao Nilo Branco em Cartum, prevaleceriam. A enchente encharcava o suficiente para saturar os campos e produzir uma colheita farta. Finalmente, se a correnteza demonstrasse predominância das águas marrom-esverdeadas do Atbara, que vinha dos pântanos etíopes, então as enchentes seriam prematuras e catastróficamente elevadas. As plantações corriam o risco de ser destruídas pelas águas; na verdade, o faraó poderia ter que usar suas reservas de estoques de grãos.

Todos os anos os sacerdotes enviavam mensageiros para informar ao faraó a cor da água. Talvez tenham usado luzes e sinais de fumaça para mandar notícia rio abaixo. Então o faraó saberia quão prósperos seriam os fazendeiros de seu reino e como poderia aumentar os impostos. Dessa forma, saberia se podia permitir-se conquistar novos territórios. (...) os sacerdotes do Nilo sudanês foram os primeiros previsores do futuro a longo prazo.

Já Hélio Jaguaribe (1996), apresenta a importância dos estudos de futuros para o Império Romano e para os cidadãos romanos:

Não vou fazer uma história da prospectiva pré-científica, o que seria interessante, mas estranho ao objeto imediato deste estudo. Mas, lembrando a fase relativamente mais recente, que é a romana, chamaria a atenção para o fato de que aquele povo, extremamente prático, que deu a mais extraordinária demonstração de capacidade organizatória e administrativa de toda a história da Humanidade, de tal sorte que os impérios contemporâneos ficam infantis comparados ao Império Romano, tinha a obsessão da previsão do futuro através de processos que eram praticados até já avançada a República. Vem a prática divinatória, portanto, desde o período da Roma monárquica até, digamos, o tempo de Cícero, quando essa prática começa a ser objeto de crítica. O próprio Cícero diz que um Augúrio¹ não podia olhar para o outro sem ambos rirem, porque ele já se dava conta de que havia uma total impostura na idéia de augúrios. A verdade, entretanto, é que o Colégio dos Augúrios era uma instituição fundamental, a ser consultada para o começo de qualquer coisa. A palavra "inaugurar" significa que o augúrio inicialmente justifica o início de uma ação "*in augurius*".

¹ Aquele que fazia augúrio: profecia feita pelos áugures, sacerdotes romanos, a partir do canto e voo dos pássaros. Augurar: fazer augúrio ou prognóstico.

Os romanos tinham dois grandes tipos de adivinhação do futuro supostamente válidos: aquele que eles herdaram dos etruscos, que era o *haruspicius*, o exame das entranhas de certos animais, e aquele que era dotado de mais credibilidade e ao qual se dedicava particularmente o Colégio dos Augúrios, que eram os vários *auspícia*. O principal deles eram os *auspícia avibus*, forma pela qual, em determinado momento, se observava o vôo de pássaros, com toda uma codificação do que significava, se o bando ia para um lado ou para o outro. O *auspicius* romano não era, como um pouco é a nossa prospectiva, voltado para cenários macroscópicos, de relativo longo prazo. Ele se voltava para o provável resultado de uma certa ação: "Vamos começar uma guerra, vamos ganhar ou perder?" Assim como os *auspícia avibus*, havia vários outros *auspícia* através das estrelas: *auspicius coelo*; através das galinhas sagradas: *auspicius pullaris*, etc.

Havia, finalmente, outro tipo de capacidade de previsão, que era o da Pitonisa. A idéia de que o grande deus do futuro, Apolo, através dos seus oráculos, o mais célebre dos quais era o de Delfos, iluminava a Pitonisa e permitia que ela predissesse o que ia acontecer. É surpreendente como a Pitonisa tinha uma extraordinária lucidez analítica. Hoje ela seria, obviamente, uma excelente cientista política. Ela tinha a linguagem suficientemente elíptica para servir para várias alternativas.

É interessante referir também os Livros Sibílicos, que tinham uma antiguidade mal conhecida. Supõe-se que viessem de Cuna e que continham, de uma forma muito mais crítica do que a da Pitonisa de Delfos, indicações sobre o futuro romano.

É certo que a preocupação envolvendo o futuro e o estudo de futuros não está circunscrita às civilizações antigas. Atualmente, inúmeras universidades, empresas e associações dedicam-se a tal prática por meio de inúmeras técnicas, que podem variar de acordo com o comprometimento de aspectos qualitativos ou quantitativos na elaboração do estudo final.

É possível identificar alguns importantes autores que contribuíram na disseminação da visão do futuro e da importância de pensar o futuro como fator de decisão atual. Dentre eles podemos enumerar Frederick Polak, Benjamin Singer e Victor Frankl (Chrispino, 2001).

Polak (1973) investigou como as nações enxergavam as imagens de seu próprio futuro. Começou a questionar-se se a imagem positiva do futuro era a consequência do sucesso de uma nação ou se o sucesso obtido por determinada nação era a consequência das imagens que alimentava de seu próprio futuro. Estudou como as nações pensavam seu futuro e como se organizavam para concretizar este futuro percebido. Fala da passagem do estágio do sonho para o estágio da visão do futuro e, finalmente, o compartilhamento desta visão com a comunidade visando sua consumação no campo da realidade. Após analisar vários países, como Grécia, Roma, Espanha, Venezuela, Estados Unidos e outros, percebeu que aqueles que venceram tinham forte percepção do que queriam ser.

Singer (1974), por sua vez, estudou como o futuro e a imagem do futuro interferiam no sucesso dos alunos. Em sua obra, diz ter percebido que crianças são afetadas pela visão que têm do futuro. Alunos fracos não têm uma visão de futuro além do curto prazo ou do imediato. Alunos com sucesso têm senso pessoal de controle do futuro e pensavam no futuro num prazo de cinco a dez anos. Estes tinham uma visão bastante profunda e, acima de tudo, positiva sobre seu próprio futuro. Singer defende a idéia do chamado "padrão de gratificação futuro" como algo que leva o aluno ou jovem a investir e acreditar em seu próprio futuro.

Frankl (1991), também dedicado a estes estudos, apresenta uma experiência ímpar. Psiquiatra recolhido aos campos de concentração nazista, buscava encontrar alternativas para manter-se lúcido e vivo. Assim que chegou ao campo de concentração, eleger para si três princípios: sobreviver, ajudar e tentar aprender. Após a guerra, como sobrevivente, passa a escrever e lega ao mundo uma grande e rica obra literária. Terá, então, a oportunidade de dizer que os que sobreviveram tinham ainda algo a fazer no seu futuro e tinham isto muito claro. Era o cientista com trabalhos importantes inacabados, era o avô que havia feito promessas a seu neto quando da separação pela guerra de extermínio, etc.

Técnicas para estudos de futuros

São muitas as técnicas existentes para o estudo de futuros e suas conceituações

nem sempre são coincidentes. Quando muito, podemos dizer que autores diversos apresentam conceitos aproximados sobre as mesmas técnicas, uma vez que cada executor de estudos de futuro impregna o processo de estudo com características próprias. É possível listar alguns tipos de técnicas para estudo de futuros, segundo Rattner (1979) e Grumbach (1997):

- **Extrapolação de tendências:** é um tipo de antecipação, baseada na premissa de um avanço relativamente regular no tempo, de determinadas características econômicas ou técnicas, as quais apresentam um padrão de comportamento bastante adaptável a uma tendência. Para Grumbach, seria um processo em que se imagina que as variáveis que vinham evoluindo de uma determinada maneira no passado continuarão evoluindo igualmente;

- **Antecipação:** discurso sobre algumas condições futuras, às quais se chega mediante um raciocínio conscientemente aplicado pelo antecipador e explicitado publicamente;

- **Predição:** um discurso sobre uma condição futura, baseado num raciocínio que o antecipador não divulgou. Assim, um alto nível de confiança está implícito nas palavras, ações e/ou recomendações de quem faz a predição;

- **Especulação:** um discurso sobre o futuro, no qual seu autor admite incerteza e/ou falta de apoio lógico-racional, substituído por opiniões vagas e fértil imaginação;

- **Analogia:** a previsão é feita através da identificação de um caso atual já ocorrido. Supõe que o resultado do caso atual será o mesmo do caso usado para estudo;

- **Profecia:** uma predição realizada sob inspiração ou influência sobrenatural ou mística, alegada ou realmente experimentada pelo vidente.

Definição da técnica de cenários futuros

Escolhemos especialmente a técnica de cenários futuros porque, além de acatar as

pesquisas e/ou informações de ordem eminentemente quantitativa, esta técnica solicita participação de ordem qualitativa. Na verdade, cenário futuro é uma história contada sobre um futuro possível construído a partir do conjunto de propostas e informações, que serve para orientar e dirigir os interessados no tema do cenário: é exterior ao grupo e funciona como referência e guia. Eis aqui a grande semelhança do cenário com o consenso social, ambos são resultado do consenso dos sujeitos. A seguir, apresentaremos alguns conceitos sobre cenários para, logo após, discutir sua técnica de formulação.

Para Peter Schwartz (2000), conhecido especialista no tema, cenário é uma ferramenta que permite ordenar as percepções sobre as alternativas de futuro que poderiam ser alcançadas com decisões tomadas hoje. Na prática, a construção de cenários futuros assemelha-se a um jogo de construção de histórias que poderão acontecer, construídas em torno de um evento, de um motivo. As histórias são métodos conhecidos desde há muito para organizar coerentemente os acontecimentos e os conhecimentos. Enfim, *cenários são histórias sobre possíveis futuros*.

Para Rattner (1979, p. 79), "cenários não devem ser considerados semiprevisões do futuro, e sim caminhos possíveis em direção ao futuro".

Para Norse (apud Ávila, 1989, p. 43) "cenários não são e não devem ser entendidos como prognósticos. Representam apenas uma forma de aumentar a compreensão das conseqüências de eventos potenciais e políticas de longo prazo, a nível regional ou nacional".

Para Fahey e Randall (1998), cenários são projeções de um futuro potencial.

Para Wilkinson (1998), o cenário é uma ferramenta, como um jogo que produz vários futuros possíveis e plausíveis, que auxilia na decisão de longo prazo. Estes jogos de cenários são, essencialmente, histórias construídas que modelam futuros distintos e plausíveis, nos quais poderíamos vir a viver e trabalhar algum dia, se cumpridas as etapas de construção deste cenário.

Matriz de modelos de cenários

Tipos de cenários	Exploratório	Antecipatório
Descritivo	Dadas as causas, quais os efeitos esperados?	Dados os efeitos, quais as causas possíveis?
Normativo	Dados os meios, quais objetivos podem ser alcançados?	Dados os objetivos, que meios podem ser usados?

É possível identificar bons exemplos de construção de cenários no cotidiano: as utopias de Platão, Thomas Morus e Francis Bacon são exemplos de cenários antecipatórios por não descreverem caminhos, mas estágios finais desejados. Estão, por sua vez, carregados de ideologias e de objetivos finais. Caracterizando, por isto, cenários normativos.

Outro conjunto de exemplos são as expedições diversas. Quando Amir Klink, a família-navegadora Schurmann, os alpinistas ou mesmo os bandeirantes da história brasileira desenvolveram suas expedições, eles o fizeram a partir de cenários descritivos. Precisam chegar a um determinado ponto (antecipatório) ou precisam vencer um determinado espaço para ver onde se chega (exploratórios).

Mais uma vez, identificamos semelhanças entre o contratualismo e os estudos de futuro. Citamos antes que o contrato tinha forte vertente prescritiva, assim como a característica antecipatória é preponderante nos cenários futuros, diferentemente de outras técnicas (extrapolação, análise de tendências) que são descritivas ou exploratórias.

Acatada esta semelhança de essência, vamos perceber que tal como o consenso social que criou o Estado regulador a partir da vontade de seus sujeitos, o cenário futuro é criado a partir das percepções de seus membros e também serve para dirigir e indicar rumos e condutas. Da mesma forma que o contrato, o cenário resulta do consenso, do acordo, da discussão entre os membros envolvidos.

Técnicas de formulação de cenários futuros

Como se pode notar, a construção de cenários como está apresentada não é um exercício matemático, mas uma metodologia não-rígida que agrega valores, ideologias e percepções de futuro e, também, um exercício projetivo onde a percepção, a intuição, a experiência pessoal e a história da evolução do passado são instrumentos indispensáveis. Se é assim, a discussão sobre técnicas deve ser orientada no sentido de realçar estas virtudes produtivas, adaptando-se às realidades do tema a ser projetado, ou ao tempo disponível, ou à extensão do cenário procurado, etc. O cenário não é a técnica, ele não depende nem se

circunscreve à técnica. Não há, com certeza, um manual de técnicas para cenários, mas indicações de instrumentos facilitadores de sua construção, visando otimizar tempo, conhecimento de especialistas, área de abrangência das discussões, etc.

A seguir, descrevemos sucintamente algumas técnicas conhecidas que podem vir a ser utilizadas na construção de cenários (Ávila, 1989). Dentre estas, temos técnicas de livre participação dos especialistas – *brainstorming*, *Nominal Group Technique* (NGT), método *Delphi* e *clinical interviewing* – e técnicas dirigidas – *Interpretative Structural Modelling* (ISM):

1. *Brainstorming*, ou tempestade cerebral, é conhecida pela possibilidade de produzir idéias livremente em torno de um tema para, depois, ordená-las de forma coerente. Possui como desvantagem a necessidade dos especialistas estarem reunidos e o fato de que pode ser manipulada ou desequilibrada por alguém que seja mais desinibido ou fale demasiadamente.

2. Técnica de Grupo Nominal (*Nominal Group Technique* – NGT), foi criada por Delbecq (1975) e tem como principal objetivo impedir que a discussão seja direcionada, favorecida ou monopolizada. Propõe seu criador que as idéias sejam escritas, apresentadas ao coordenador que as colocará no "quadro", após o que o autor das idéias terá oportunidade de defendê-las. A atividade é encerrada com uma votação das idéias pelo grupo.

3. Método *Delphi* é um método em que os especialistas não têm contato direto. As idéias são apresentadas ao coordenador, que as sintetizará em um relatório, realçando as convergências e as divergências, passando-o novamente a todos os membros do grupo. A retroalimentação de idéias, a autocrítica dos membros e a capacidade do coordenador para sintetizar idéias são importantes peças no bom desempenho da atividade. Uma variável infeliz que deve ser considerada é a dificuldade que as pessoas em geral demonstram para cumprir os prazos de leitura, elaboração de idéias e resposta!

4. *Interpretative Structural Modelling* (ISM) é uma técnica dirigida onde os participantes recebem uma lista de sugestões contendo elementos tidos como importantes para o entendimento dos problemas a serem estudados, relacionando estes elementos num processo seqüencial lógico e racional.

Variáveis na construção de cenários de acordo com a Global Business Network (GBN)

Por mais que possamos identificar métodos distintos na formulação de cenários futuros, é previsível que o conjunto de variáveis existentes seja a mesma, aceitando-se a hipótese razoável de que algumas delas terão maior ou menor peso de acordo com o método, com o grupo formulador ou mesmo com o objetivo de cenário formulado.

Dentre esses conjuntos de variáveis possíveis podemos enumerar três grandes grupos: as forças motrizes, os elementos predeterminados e os elementos de incerteza crítica.

1. *Forças motrizes*

Uma vez que encaremos os cenários como resultantes de forças de compreensão acerca do futuro, tornar-se-á indispensável que estas forças que formularão o futuro sejam amplas e oriundas de campos distintos do saber. Essas forças motrizes servem, é claro, como orientadoras de tendências e estão interligadas entre si. O grande segredo reside na necessidade de que essas forças motrizes sejam listadas e percebidas além do limite de percepção cotidiana e restrita, que tipicamente ocupam nossos dias e que sejam vistas como forças efetivamente fora deste reduzido mundo que pensamos ser o centro do universo. São essas forças fatos poderosos que nos pegarão desprevenidos e construirão o futuro a nossa revelia se não forem previstas e estudadas antecipadamente.

Para Schwartz (2000), forças motrizes

... são elementos que acionam o mapa dos cenários, que determinam o desenrolar da história. Num romance de mistério, o motivo é uma força motriz; na verdade, boa parte do trabalho do romance policial consiste em criar uma força motriz crível para um assassinato que seria inexplicável de outra forma. Em história de aventura, uma força motriz é a busca que impele a jornada. Outra é a oposição – um vilão, uma força da natureza ou tribo inimiga que resiste à busca do herói.

Propõe-se sua classificação em cinco categorias, a saber:

1. social: nesta força motriz estão temas como emprego, demografia, salário real, investimento social, etc., assuntos envolvendo valores da sociedade e sua interferência no cenário;

2. econômica: nesta força motriz estão temas como produto interno bruto, balanço de pagamentos, dívida interna/externa, reformas fiscal e tributária, estabilidade do sistema financeiro;

3. política: nesta força motriz estão temas como situação partidária, tendências políticas dominantes e movimentos de resistência, organizações não-governamentais, controle da sociedade pelos três poderes, reformas políticas, etc. Como o próprio nome diz, esta força motriz tenta identificar a influência de algumas orientações políticas possíveis na formulação de futuros, podendo ser subdivididas em três a eleitoral, a legislativa e a judiciária;

4. tecnológica: como a tecnologia modificará o quadro de emprego e em que velocidade? Que novas tecnologias poderão abrir novos campos de produção de bens e serviços? Em que tempo?

5. ambientais: o impacto dos danos ecológicos nos negócios humanos e o aumento de consciência do público em relação à ecologia. Esta pode ser uma área decisiva para algumas ações empresariais, dependendo de como estas se relacionam com o meio ambiente, ou como uma determinada comunidade rege a proteção ambiental.

2. *Elementos predeterminados*

Os chamados elementos predeterminados são aqueles que estarão presentes em qualquer tipo de cenário temático, independentemente dos processos ou meios de construção. As situações demográficas são exemplos clássicos. Se quisermos construir um cenário sobre o ensino médio daqui a dez anos teremos um elemento predeterminado, independentemente das ideologias subjacentes à construção ou mesmo se o cenário é exploratório ou antecipatório, normativo ou descritivo: o número de adolescentes em idade escolar própria para este segmento do ensino.

3. *Elementos de incerteza crítica*

Os cenários, então, são formulados a partir de forças motrizes que interagem de

forma a encaminhar para este ou aquele ponto o desenho da história do futuro. São forças mais ou menos fortes, mais ou menos previsíveis, impregnadas pela visão de quem atua na formulação e de quem deseja o cenário. Possuem também fatores predefinidos que existem independentemente da vontade do formulador ou de quem deseja o cenário.

Existem, também, as forças de incerteza crítica, que são indispensáveis à flexibilidade da previsão de cenários. Estas incertezas, relacionadas aos elementos predefinidos, são tão importantes quanto o próprio assunto que produz os cenários. São elas que permitem dar apoio e suporte à construção do cenário. Os militares, por exemplo, ao discutirem as incertezas de um cenário de batalha diriam ao general: "sabemos que eles vêm pelo leste, general, mas não sabemos se atravessarão a montanha ou a floresta, de dia ou de noite. Eis o que faremos em cada caso!"

As incertezas críticas poderiam ser conceituadas como o eixo em torno do qual são construídas as possibilidades das histórias de futuro. São sempre eixos monotemáticos específicos, cujos extremos

representam posições contrárias. O cenário é sempre construído a partir de um tema objetivo e, sobre este tema, é identificado o eixo, ou eixos, importante permitindo imaginar que, se o futuro caminhar para um dos extremos construir-se-á um cenário, se caminhar para o outro extremo, produzirá um segundo cenário. Se existir, e é comum que exista, mais de um eixo de incerteza crítica, é possível construir um par de eixos cartesianos e imaginar que os quadrantes entre cada parte do eixo facultarão um cenário, produzindo quatro cenários diferentes e plausíveis, com interseções entre os dois eixos.

Outra opção de construção de cenários futuros, além dos eixos de incerteza crítica, pode ser a identificação de temas preponderantes que, neste caso, não possuiriam escala de intensidade mas, sim, um ponto de maior importância, a partir do qual todo o cenário seria construído. Um interessante exemplo desta abordagem são os cenários de futuro construídos para criar alternativas para o serviço público do Canadá. Neste estudo, os especialistas chegaram a três cenários plausíveis, cada um deles com um ponto focal:

Cenário	Ponto focal
Cidadão	Sociedade civil forte, governo renovado
Consumidor	Mercado forte, governo facilitador
Eleitor	Governo pragmático

Variáveis na construção de cenários de acordo com Hélio Jaguaribe

Segundo Jaguaribe, que vem desenvolvendo estudos (1985, 1986, 1989) em torno do tema, são quatro os fatores de intervenção no estudo de futuro: dois de caráter estrutural e dois de caráter conjuntural.

1. *Intervenções de caráter estrutural*

- seqüências suscetíveis de serem observadas no espaço, seqüências tangíveis e mensuráveis: demografia, PIB e fatores semelhantes. Esses são os fatores reais;

- fatores ideais e culturais, de idéias e crenças, e toda sorte de coisas em torno destes eixos.

Estas intervenções de caráter estrutural, quer as tangíveis quer as intangíveis, modificam-se com uma certa lentidão: elas não são contínuas, mas submetidas a modificações paradigmáticas, que solicitam longos prazos para modificações significativas, "assim sendo, os fatores estruturais, de caráter real e ideal, permitem projeções quantitativas não-arbitrárias dotadas de certa significação" (Jaguaribe, 1996, p. 3).

2. *Intervenções de caráter conjuntural*

- a liberdade humana;
- o acaso.

Eis o que diz Jaguaribe (1996, p. 3):

Dadas uma certa tendência econômica e uma certa tendência ideológica, os indivíduos têm, diante das mesmas, atuações distintas. Eventualmente a ação individual, contrariando essas tendências, pode alterar a marcha das mesmas. A liberdade humana tem, assim, uma importância conjunturalmente grande relativamente às tendências estruturais.

Há um outro fator, entretanto, que complica ainda mais a possibilidade de previsão específica do futuro: o acaso. Este é o quarto fator que eu mencionaria. Consiste na disposição aleatória em que, em determinado momento e lugar, os outros três fatores estão se inter-relacionando. Os fatores estruturais são previsíveis, mas entra a liberdade humana que altera, dentro de certa margem, a marcha das coisas. E intervém o acaso, pela presença ou não de certas pessoas em determinado lugar, pelo fato ou não de as pessoas estarem ou não com determinada disposição.

Fatores que alteram a formulação dos cenários futuros

Consideradas as técnicas de formulação de cenários, podemos enumerar algumas regras que devem ser seguidas na formulação de cenários futuros, a fim de evitar que este seja "contaminado" ou desviado de seus propósitos iniciais.

Por mais que os cenários futuros sirvam para orientar as decisões que atingem o grupo social (cenários financeiros, cenários políticos, etc.) e por mais que ele esteja aberto à participação da representação amostral da comunidade, é certo que alguns perfis ajudam para que o cenário futuro/consenso social aproxime-se mais da realidade que deseja antecipar. Devemos lembrar que a função primeira do cenário futuro é antecipar acontecimentos para que possamos optar com mais segurança sobre os rumos a tomar. *Grosso modo*, existem muitos cenários para um mesmo tema ou grupo social, é como se tivéssemos um conjunto de "consensos" e escolhêssemos um que desejamos alcançar.

Neste ponto, vamos apresentar pelo menos duas idéias importantes sobre a previsão do futuro e a construção de cenários: 1) o fato de que os escritores de ficção

científica são melhores previsores do que os chamados especialistas em ciência e tecnologia, indicando que a visão focada em um ângulo do saber estreita a projeção do futuro e do cenário; e, 2) o fato de que a ideologia é, também, um fator estreitador das projeções, uma vez que agrilhoa o previsor a um campo de valores que precisa dar certo ou precisa ser contemplado no futuro projetado.

Um recente trabalho de Dyson (1998)² tem como tema central o futuro: estudos projetivos de ciência, antecipações tecnológicas, impactos éticos e muitos casos. Nesta interessante obra, o autor tem a oportunidade de trazer à discussão pelo menos dois importantes pontos da pesquisa sobre futuro e seus autores.

1. O primeiro ponto informa que os autores de ficção científica são mais precisos e aproximam-se mais do futuro como ele se mostra do que os autores chamados especialistas. Em outras palavras, os escritores de ficção científica não estão atrelados à necessidade de fazer valer suas próprias convicções que, no fundo, são as que validam seus interesses pessoais no campo científico. Um especialista precisa que suas premissas sejam de alguma forma confirmadas, pois este é seu paradigma vigente. Isto o impede de participar mais ativamente dos consensos que efetivamente são importantes para o grupo. Uma discussão de cenários futuros não pode contemplar membros exclusivamente especialistas ou sujeitos oriundos do mesmo grupo de interesse.

2. O segundo ponto defendido pelo autor é o grave compromisso entre o futuro e a ideologia. Por motivo muito semelhante ao anterior, o sujeito que se deixa levar pela visão exclusiva da ideologia defendida está impedido de perceber a realidade além dos limites estreitos da própria ideologia. É como se enxergasse o mundo por meio de uma lente. Este é um tema – a ação da ideologia na formulação de cenários futuros – que merecerá estudo em separado, uma vez que os que se deixam conduzir por ideologia estão pouco sensíveis a críticas ou mesmo a questões sobre este tema.

John Rennie, editor da *Scientific American*, acompanhará esta opinião de Dyson e também dirá que as previsões dos escritores e políticos, muitas vezes mal-informados, acabaram por antecipar acontecimentos. Na fundamentação de sua opinião,

² Freeman Dyson é conhecido pesquisador da área de Física e professor emérito da School of Natural Sciences do Instituto de Estudos Avançados de Princeton.

Rennie dirá que os cientistas estão sempre se deparando com novos conhecimentos que vêm desordenar suas teorias e que os especialistas ficam por demais apegados às suas especialidades, buscando sempre supervalorizar seu campo de conhecimento ou o instrumento por ele descoberto ou utilizado... e acabam comprometendo sua capacidade projetiva.

Malone (1998) dirá que os cientistas, no exercício projetivo, buscam maior controle da sociedade enquanto os escritores, que chama de visionários, voltam suas atenções para como as invenções irão interferir na vida cotidiana e no contorno da sociedade.

Quanto ao segundo ponto, ao longo de sua obra de estudos de futuro, Dyson tem a oportunidade de apresentar os problemas causados quando o futuro é orientado rigidamente pela ideologia, redundando em desgraça. Como exemplo, apresenta os casos do dirigível R101, dos jatos Comet, construídos pelo Império Britânico, e do projeto Tokamak de fusão.

O dirigível R101 foi projetado para ser o maior daquela época e era desenvolvido por profissionais britânicos que exaltavam o trabalho e o grande nome da empresa estatal que defendiam. O projeto, desenvolvido mais pelo impulso de vitória ideológica do que por bom senso e técnica, prometia ir e voltar à Índia trazendo flores frescas. Como o tempo era escasso e a data aproximava-se, o R101 foi posto para voar precipitadamente... no dia de seu lançamento incendiou-se matando 48 das 54 pessoas a bordo.

O segundo exemplo é o jato de passageiros Comet, lançado para superar os Boeings, demonstrando a superioridade da tecnologia britânica sobre as demais. Forçando a passagem através de uma tecnologia difícil e exigente, seus fabricantes estavam pressionados por um cronograma ditado politicamente. Os aviões desintegraram-se no ar matando cem pessoas e, por isto, foram retirados de circulação. Anos depois, os norte-americanos lançam, depois de incontáveis testes, o Boeing 707.

O terceiro exemplo é o caso dos reatores Tokamak, inventados pelos cientistas russos e que concentram todos os esforços de sucesso no campo da produção da energia atômica. Por decreto ideológico, os Tokamak foram declarados como produtores de energia para o século 21. A partir do momento em que declararam ser esta a tecnologia que precisa dar certo e que, ao

acertar, irá glorificar a ideologia subjacente, deixam de buscar outras alternativas mais baratas e mais eficazes e forçam a passagem na produção de um aparato que pode não preencher as expectativas de segurança para a humanidade. Diz o autor que, nestes casos, nós impedimos que a tecnologia falhe, porque ela suporta uma ideologia.

Autores de ficção científica conseguem alcançar e perceber futuros porque estão livres para errar e criar, estão livres para projetar. Haldane, Arthur Clarke e Júlio Verne são exemplos vigorosos.

À guisa de conclusão: o cenário servindo à educação

Acreditamos que o texto anterior permitiu a identificação de pontos comuns entre o consenso social e o cenário futuro, no que tange à sua elaboração e à sua função de direção externa ao grupo que o produziu. Eis algumas compatibilizações possíveis apresentadas no quadro da página seguinte.

Ao fim, gostaríamos de fazer um exercício criativo, lembrando Paulo Moura (1994, p. 33): "O futuro é, basicamente, uma construção humana. Ou seja, nós construímos o nosso futuro". E, no espírito que norteia este trabalho, rescreveríamos esta máxima da seguinte forma: "O futuro e a sociedade são, basicamente, uma construção humana". Ou seja, nós construímos o nosso futuro e a nossa sociedade. Ou ainda, de forma mais direta: o futuro da sociedade é, basicamente, uma construção humana. Ou seja, nós construímos o nosso futuro de nossa sociedade. Ou, pela ótica dos cenários futuros, tendo a sociedade como foco: a sociedade do futuro é, basicamente, uma construção humana. Ou seja, nós construímos a nossa sociedade do futuro.

Se buscássemos aplicar estes grandes princípios ao universo educacional, veríamos que estamos deixando de usar uma ferramenta poderosa para apontar consensos e ter os cenários como norteadores de decisões. Sem querer entrar no mérito de cada proposta ou exemplo – o que demandaria prazerosamente mais um artigo para cada item –, podemos enumerar os seguintes campos de discussão onde o uso do estudo de futuros pela técnica de cenários poderia facilitar o processo decisório e a manifestação dos envolvidos diretamente e da sociedade:

O contrato social/consenso social	O cenário futuro
Divide o antes e o depois dos sujeitos	Divide também, no sentido que agora as atenções estão voltadas para um mesmo ponto
Cria um ente externo (o Estado) que serve de referência aos sujeitos e à coletividade	Cria um ente externo (o cenário futuro) que serve de referência aos sujeitos e à coletividade
Acolhe diferentes sujeitos com interesses pessoais e coletivos distintos na sua formulação (pacto de associação)	Acolhe diferentes sujeitos com interesses pessoais e coletivos distintos na sua formulação (pacto de associação)
Entende que o poder de dirigir está no Estado (pacto de submissão)	Entende que o poder de orientar está no cenário (pacto de submissão voluntária)
Pressupõe que os sujeitos têm poder de propor mudanças nas regras por meio de seus representantes	Pressupõe que os sujeitos têm poder de propor mudanças nas regras por meio de seus próprios atos cotidianos
Indica um texto escrito que define o rumo	Indica uma história do futuro que define o rumo
Apresenta um texto que imita a ação dos detentores do poder	Apresenta uma história do futuro que limita a ação dos detentores do poder, permitindo a fiscalização pelos sujeitos
O texto escrito é genérico e não atende a interesses pessoais	A história do futuro é genérica e não atende a interesses pessoais

1. Fala-se em massificação do ensino fundamental. E depois? Como se desenha o futuro do ensino médio e do ensino superior? Que modelos atendem satisfatoriamente ao que a sociedade deseja destes dois segmentos de ensino?

2. Fala-se de maior atendimento no ensino médio. Mas quanto custa esta expansão? Como deve ser implementada a formação de professores a fim de atender a esta nova demanda? Que ações devem ser implementadas para que hajam professores em número e em qualidade para se alcançar aquilo que se deseja?

3. Estamos vivendo uma expansão quantitativa absurda no ensino superior, somada a uma proliferação de regramentos que se sobrepõem antes mesmo de serem completamente aplicadas e avaliadas, com tal velocidade se torna difícil mantermo-nos atualizados quanto a legislação e normativas educacionais. Que conseqüências podemos esperar desta dinâmica? Que cenários se desenharam frente a esta expansão? Como ficará este "mercado" ao longo da linha de tempo? Será esta expansão mercantilista, travestida de "maior oportunidade", um movimento auto-regulador com qualidade ou será um movimento autofágico, que resultará na sobrevivência do mais forte, ou do mais rico ou mesmo do mais agressivo?

4. Que cenários futuros podem ser desenhados se aceitarmos a convivência de instituições de ensino superior voltadas para a vocação do ensino (secundarizando a pesquisa) em confronto com o modelo obrigatório de ensino/pesquisa/extensão que quer como exclusivos alguns segmentos de postura corporativa?

5. Como fica o futuro do ensino público frente ao esgotamento da receita do setor público e o crescente aumento das despesas públicas tidas como indispensáveis?

Eis aí alguns exemplos polêmicos que merecem ser analisados sem paixão ideológica reducionista, buscando construir cenários possíveis para que possamos identificar consensos sociais que norteiem as decisões dos governantes rumo aos interesses da sociedade.

Temos, também, alguns exemplos de aplicação de estudos de futuro e cenários a sistemas educacionais mais amplos, como o patrocinado pela Unesco, coordenado por Schwartzman (2000) com o auxílio de aproximadamente cinquenta colaboradores divididos em autoridades educacionais, formadores de opinião e líderes em geral. A partir das idéias e estrutura apresentadas pelo autor, os colaboradores contribuíram com suas análises utilizando uma simplificação

do método Delphi, como explica o próprio autor ao dizer que o questionário foi enviado uma vez; depois, os resultados foram apresentados na Internet, de forma sintética, o que gerou alguns comentários; depois, os resultados e vários estudos relacionados foram objeto de um *workshop*. Em seguida, um texto com a síntese do *workshop* foi preparado e distribuído, recebendo críticas e comentários. Então, foi elaborado um texto final. Como se pode perceber, não foi um processo típico de Delphi, com várias rodadas do mesmo questionário e suas respectivas respostas, cada vez mais aprimoradas. A experiência, informa o autor, mostrou que muitas pessoas, a maioria, respondeu a primeira vez, mas não mandou nem mandaria uma segunda resposta. Isso forçou uma opção por um processo que se concentrou nas pessoas com idéias mais articuladas e interesse em participar.

O trabalho se desenvolve a partir de cinco temas pesquisados:

1. A formação do contexto: a) globalização; b) mudanças demográficas, desenvolvimento econômico, emprego e educação; c) despesas públicas com educação; d) governabilidade e reforma educacional.
2. Educação e sociedade: a) descentralização e autonomia local; b) diversidade e multiculturalismo; c) sociedade e privatização; d) cultura, valores cívicos,

capital social e equidade; e) papel das organizações internacionais.

3. Educação e mercado de trabalho.

4. Mudanças nas organizações e no funcionamento das instituições educacionais;

5. Intercâmbio envolvendo educação de qualidade.

Conclui Schwartzman com o item "A escola do futuro", no qual diz que a escola do futuro poderá estar em qualquer ponto entre dois pontos extremos. Uma escola para todos – voltada para atender às diferenças – em contraste com uma escola tradicional única. Diferentes estudantes – de diferentes níveis, arcabouço cultural e condições econômicas – requerem diferentes tipos de escola e ensino. Diferentes sociedades, comunidades e instituições se esforçarão para apresentar diferentes modelos que venham atender à diversidade.

E, se a necessidade de exercitar a visão de futuro continuar vencida pela prioridade de observar o passado, lembremos que o consenso em educação tornar-se-á mais importante quanto mais claro fique para o educador o fato de que a escola de hoje – e a de amanhã – será a escola de massa, que abriga os diferentes e que será marcada pelo convívio da divergência (Chripino, 2002, p. 7). Tudo isto produz conflito, que solicitará a cultura da mediação ou do consenso para alcançar seus reais objetivos.

Referências bibliográficas

- ÁVILA, Henrique de A. *Uma metodologia de construção de cenários: o caso do transporte urbano do Grande Rio no ano 2000*. Rio de Janeiro, 1989. Dissertação (Mestrado) - Coppe, Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- BOBBIO, Norberto. *Teoria geral da política*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- CAMPBELL, Tom D. Contrato social. In: OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom (Ed.). *Dicionário do pensamento social do século XX*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 137-138.
- CASAMASSO, Marco A. *Notas de aula sobre ciência política*. Teresópolis: Curso de Direito da Fundação Educacional Serra dos Órgãos, 2001.
- CHAVALLIER, J. J. *As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias*. Rio de Janeiro: Agir, 2001.
- CHRISPINO, Alvaro. A escola do futuro e o conflito. *O Globo*, Rio de Janeiro, 3 jun. 2002.
- _____. *Cenários futuros e os cenários em educação: um exemplo aplicado à educação média*. Rio de Janeiro, 2001. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

- DELBECQ, A. L. et al. *Group techniques for program planning*. Illinois: Foreman, 1975.
- DEUTSCH, Karl W. *Deutsch na UnB*. Brasília: UnB, 1980.
- DYSON, Freeman. *Mundos imaginados*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- FAHEY, Liam; RANDALL, Robert M. *Learning from the future*. New York: John Wiley, 1998.
- FRANKL, Viktor E. *Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração*. Petrópolis: Vozes, 1991.
- GRUMBACH, Raul. *Prospectiva, a ciência do futuro: a chave para o planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Catau, 1997.
- HOBBS, T. *Leviatã*. Rio de Janeiro: Martin Claret, 2001.
- JAGUARIBE, Hélio. Brasil e mundo na virada do século. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 39, n. 3, 1996. Extraído da base de dados Scielo, em 20 jan. 2002.
- JAGUARIBE, Hélio (Org.). *Brasil 2000: para um novo pacto social*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *Brasil, reforma ou caos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- _____. *Brasil, sociedade democrática*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- KARDEC, A. *Obras póstumas*. Rio de Janeiro: Federação Espírita Brasileira, 1983.
- LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo*. São Paulo: Difusão Cultural, 1963.
- MALONE, John. *O futuro ontem e hoje: de Júlio Verne a Bill Gates*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1998.
- MATTEUCCI, Nicola. Contratualismo. In: BOBBIO, Norberto et al. *Dicionário de política*. Brasília: UnB, 1997. p. 272-283.
- MOURA, Paulo C. *Construindo o futuro: o impacto global do novo paradigma*. Rio de Janeiro: Mauad, 1994.
- POLAK, Frederick. *The image of the future*. Amsterdam: Elsevier Scientific Publishing, 1973.
- RATTNER, H. *Estudos do futuro: introdução à antecipação tecnológica e social*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1979.
- RINGLAND, Gill. *Scenarios planning: managing for the future*. New York: John Wiley, 1998. parte 2.
- ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Cultrix, 1971.
- SCHWARTZ, Peter. *A arte da visão de longo prazo*. São Paulo: Best Seller, 2000.
- _____. *The art of the long view*. New York: Doubleday/Currency, 1991.
- SCHWARTZMAN, Simon. *The future of education in Latin America and the Caribbean*. Santiago: Orealc/Unesco, 2000. Disponível em: < <http://www.airbrasil.org.br/simon/delphi/gallart.pdf> >. Acesso em: 14 out. 2000.
- SINGER, Benjamin D. The future focused role image. In: TOFFLER, Alvin (Org.). *Learning for tomorrow: the role of the future in education*. New York: Random House, [1974].
- WILKINSON, Lawrence. *How to build scenarios*. [S. l.]: Condé Nast Publications, 1993-1998. Disponível em: < www.wired.com/wired/scenarios/build.html > .

Alvaro Chrispino, doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), é professor do Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro (Cefet-RJ) e diretor de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Fundação Educacional da Serra dos Órgãos (Feso/Teresópolis). Seu último livro intitula-se Políticas educacionais de redução da violência: mediação do conflito escolar.

chrispino@feso.br

Abstract

The article presents the importance of future studies, through the technique of future sceneries, using the analogy with the social contract. It presents the existent consensus in the social contract – already known in the academic community – and it also identifies a consensus in the construction of future sceneries – little divulged in the academic community. It does not intend to drain the ideas and foundations around this theme, but it intends to present the main presuppositions to offer the opportunity for reflection around this tool that can help shape the future and, consequently, in the process of elaboration of politics, decision, planning and administration. It presents some examples, which apply to education and teaching in general.

Keywords: future sceneries; anticipation; politics and planning; educational politics.

Recebido em 18 de março de 2002.

Aprovado em 24 de junho de 2003.